



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

*1º Canal — Entrevistador: Rolf Pflücke*

*1ª Pergunta:* O tema dos direitos humanos tem atualmente grande importância em todo o mundo. Organizações internacionais periodicamente acusam o Brasil de não respeitar bastante os direitos humanos. Sabemos que justamente o seu governo visava a proteger mais as liberdades civis. Como o senhor vê a situação dos direitos humanos e das liberdades civis em seu país?

*Resposta:*

«Esse tema de direitos humanos realmente hoje em dia é moda. Em toda parte do mundo, em todo lugar se fala em direitos humanos. Aqui no Brasil evidentemente também se fala. Entretanto, nem todos têm de direitos humanos o conceito suficientemente amplo nem conhecem as normas ou as regras que fixam os direitos humanos que estão na Carta das Nações Unidas, que aliás tiveram origem anterior, pois foram consagradas pela revolução francesa. Nós nos preocupamos muito com os direitos humanos aqui no Brasil e apesar das acusações que nos fazem eu creio que o Brasil pode, num confronto mundial, se apresentar bem em matéria de direitos humanos. Veja que no âmbito dos di-

reitos humanos nós colocamos a educação, um dos pontos com que meu Governo, como o dos meus antecessores, se tem preocupado. O Brasil de hoje já tem um número muito reduzido de analfabetos; os níveis de instrução são bastante promissores. Temos cerca de 1 milhão e duzentos mil alunos nas universidades. Nos preocupamos com a saúde da população, nos preocupamos com a alimentação, nos preocupamos em dar empregos. Nós temos no Brasil, devido ao nosso crescimento populacional, que criar todo ano cerca de 1 milhão e meio de empregos, porque a nossa população cresce a uma taxa muito alta. Tudo isso faz parte dos direitos humanos. É claro que também existem ainda os direitos políticos, que nós também respeitamos. Como a liberdade de pensamento e de expressão. O que nós não aceitamos é terrorismo, subversão, nós não aceitamos que se perturbe a tranqüilidade do País que precisa trabalhar para se desenvolver. Quando há fenômenos dessa natureza o Governo intervém no sentido de manter a tranqüilidade e a harmonia dentro do país. As acusações que nos fazem no exterior, por diversas entidades, têm sido examinadas por nós e têm sido respondidas. E verificamos que muitas vezes essas informações são tendenciosas. Recordo-me de uma ocasião em que acusaram o Governo brasileiro de ter assassinado um determinado indivíduo que era acusado de comunista ou coisa semelhante. Pois bem, o Governo apresentou esse homem na televisão, mostrou que ele estava vivo. Vivo e em liberdade e que não havia nada contra ele. De um lado é um tema que nos preo-

cupa e que nós cuidamos bastante. De outro lado, as informações contrárias nem sempre são merecedoras de crédito. Mesmo de entidades renomadas que existem na Europa, as informações vêm através de cartas, vêm através de documentos cuja validade não está comprovada. Então é preciso ter cuidado quando se analisa esse problema. Agora, uma das nossas características é de que nós consideramos que o problema dos direitos humanos no Brasil deva ser zelado pelos brasileiros e não pelos estrangeiros. Nós não admitimos a interferência de nenhum país do mundo aqui no Brasil para fiscalizar os direitos humanos, como nós também não pretendemos ser fiscal de ninguém. O Brasil é um país soberano que sabe cuidar de si, não precisa que os outros venham aqui cuidar de nós. Sobretudo porque acredito que não existe país no mundo onde os direitos humanos sejam respeitados 100%. Há a ação policial, há uma série de fatores que muitas vezes escapam ao controle do Governo. Acredito que isto aconteça na Inglaterra, aconteça na Alemanha, aconteça nos Estados Unidos, aconteça em toda parte. Mas, na sua generalidade, os direitos humanos aqui constituem uma preocupação tão grande como em qualquer outro lugar.»

**2ª Pergunta:** O Presidente Carter virá ao Brasil em abril. Essa visita modificará algo na política nuclear do Brasil? Por que o seu país até agora não vem cumprindo as exigências dos Tratados de Não-Proliferação Nuclear?

*Resposta:*

«A visita do Presidente Carter ao Brasil, que já estava programada anteriormente e que ele teve que adiar, é muito bem-vinda. Nós recebemos o Presidente Carter no Brasil com muita satisfação porque Brasil e Estados Unidos são tradicionalmente dois países amigos. E como todos bons amigos têm problemas, têm questões sobre as quais nem sempre concordam, o que é natural tanto na nossa vida individual quanto mais na vida coletiva. A visita do Presidente Carter servirá para troca de idéias, opiniões, e entre essas idéias e opiniões indiscutivelmente está a questão nuclear, assunto em que o Brasil e os Estados Unidos divergem na maneira de conduzir o problema. O Brasil, que é um país deficiente em petróleo e em carvão, acha que o seu futuro energético, depois que tiver aproveitado os mananciais que lhe dão a energia hidráulica que hoje usamos, precisa de novas fontes. E a fonte mais adequada para nós é a nuclear, justamente porque estamos descobrindo cada vez mais quantidades de urânio. As nossas reservas de urânio crescem em função das pesquisas que estamos fazendo no nosso Território. E em matéria de urânio, se formos nos basear nesse tipo de energia, nós não podemos ser dependentes, como hoje em dia somos em matéria de petróleo. A nossa dependência em petróleo é muito grande. Um terço das nossas importações são de petróleo e o futuro do Brasil, um país do tamanho do Brasil, com a população que o Brasil tem, não pode ficar dependendo da boa ou da má von-

tade de um fornecedor de urânio enriquecido. Nós temos que produzir urânio enriquecido no Brasil e queremos também reprocessar esse urânio. Alegam que isso poderá levar o Brasil a produzir a arma nuclear. Isto não é verdade. Em primeiro lugar porque o Brasil é um país pacifista e sempre o foi. Pela posição que ele ocupa no mundo, do ponto de vista bélico, é um dos países mais desarmados que existe. Em segundo lugar, nós nos submetemos a todas as salvaguardas da agência internacional de energia nuclear de Viena, que é um órgão das Nações Unidas e que tem assim o encargo de controlar e de evitar a proliferação da arma nuclear. O acordo que o Brasil fez com a Alemanha foi aprovado por essa Agência, inclusive pela Rússia, pelos Estados Unidos e os demais países. E nós nos submetemos à salvaguarda desse controle justamente para evitar que o combustível nuclear possa ser desviado para produção de armas. O senhor me pergunta porque nós não ratificamos o Tratado de Não-Proliferação da Arma Nuclear. Nós não assinamos esse tratado e não estamos de acordo com ele porque o tratado é discriminatório, o tratado é injusto, o tratado divide o mundo em países que têm e em países que não têm. Nós achamos que só deveria haver países que não têm. Nenhum país do mundo deveria ter arma nuclear, no interesse da humanidade. Nós assinamos um outro tratado, que se chama Tratado de Tlatelolco, assinado no México, que desnucleariza a América Latina, quer dizer, todos os países da América Latina se comprometem a não ter armas

nucleares nem depositar armas nucleares em seus territórios. Mas exigem que os países nucleares respeitem a América Latina. Não as usem nem as depositem em países da América Latina. Este tratado nós assinamos, ratificamos e cumprimos. Então veja bem, de um lado o Brasil precisa de um desenvolvimento nuclear completo, tendo em vista o seu futuro. Em segundo lugar, o Brasil não pretende fazer armas e como comprovação de que não vai fazer armas ele se submeteu ao Tratado de Tlatelolco e ao controle da Agência de Energia Nuclear. E a maior prova do reconhecimento dessa posição brasileira está na própria Alemanha que assinou conosco esse Tratado. Acredito que ela só o assinaria reconhecendo a nossa intenção e o nosso modo de proceder. Deus queira que os demais países do mundo se compenetrem de ideais semelhantes aos do Brasil e deixem de produzir armas nucleares.»

**3ª Pergunta:** De dez anos para cá, fala-se do «milagre econômico brasileiro». Será que o enorme desenvolvimento econômico se operou demasiadamente às custas de uma distribuição mais equitativa dos rendimentos e em detrimento da política social?

**Resposta:**

«Eu não creio que seja verdade o que se diz em relação ao milagre brasileiro. O Brasil não fez nenhum milagre, o que o Brasil está fazendo, há quinze anos, há cerca de quinze anos, é trabalhar. Trabalhar para se desenvolver, para ter mais riqueza

e, conseqüentemente, ter melhor bem-estar para seu povo. Em razão de uma política que o Governo adotou, desde 1964, o País tem um programa de desenvolvimento. Esse desenvolvimento é um desenvolvimento integrado, compreendendo atuações no campo econômico, no campo político e no campo social. E, de certa forma, apesar das dificuldades que o mundo atravessa, nós temos tido êxito, e temos conseguido crescer bastante. Basta considerar que a renda *per capita* no Brasil, no último ano, atingiu a pouco mais de 1.400 dólares. O que para nós já é um número significativo. Embora ainda bastante inferior à dos países industrializados, mas como país em desenvolvimento é uma renda *per capita* já bastante satisfatória. Pois bem, acusa-se o Governo de, neste quadro de desenvolvimento, sobretudo de desenvolvimento econômico, fazer uma má distribuição de rendas e ter permitido que de um lado a renda se concentre, e que os ricos fiquem cada vez mais ricos e que os pobres fiquem cada vez mais pobres, de outro lado. Isso é um velho «slogan» dos comunistas. É evidente que no Brasil há certa concentração de renda. É evidente que muitos ricos ficaram mais ricos, mas eu posso assegurar que os pobres também melhoraram um pouco. Enfim, a distribuição de renda que nós temos possivelmente ainda não é a ideal, nem pode ser, porque a renda é pequena, quer dizer, é preciso primeiro produzir alguma coisa para depois se poder distribuir. De qualquer maneira a distribuição já se faz. E ela tem propiciado à população um bem-estar bem melhor do que nós tínhamos há 10 ou 15 anos passados.

Basta que se considere o número de automóveis que a Volkswagen vendeu no Brasil e que estão sendo usados pelo povo brasileiro. O número de televisores, o número de máquinas de lavar roupa e assim por diante. O número de casas, de habitações que nós temos no País é índice de que a população está acompanhando, de certa forma, esse desenvolvimento do País. Por outro lado, nós podemos verificar, do ponto de vista social, o extraordinário progresso do País. Há pouco estávamos falando em direitos humanos. O número de escolas, o número de hospitais e de outras instalações de interesse popular é muito grande. Hoje em dia, quase todas as cidades brasileiras estão abastecidas de água. Isto é um problema que na Europa não existe, mas aqui no Brasil a população não tinha água para beber, bebia água poluída. Hoje em dia a população tem água tratada para beber. As grandes cidades estão sendo saneadas com esgotos sanitários. De maneira que há, no campo social e sobretudo no campo da previdência, na assistência ao trabalhador rural ou ao trabalhador da cidade, uma formação de mão-de-obra especializada, de modo que o trabalhador possa conseguir melhor emprego. Há uma série de programas em curso, que se vêm desenvolvendo há anos e que têm proporcionado à população de nível mais baixo, à população mais carente, melhores condições de vida. Isto é uma forma de distribuição de renda. De modo que esse «slogan» dos ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres não se aplica ao Brasil.»

*2º Canal — Entrevistador: Klaus Eckstein*

*1ª Pergunta:* Perguntamos ao Presidente Geisel, que entende bem o alemão, mas não vai responder em alemão, até que ponto ele entende a intensificação das relações com a Europa Ocidental, e em particular com a Alemanha, como um contrapeso à tradicional preponderância dos Estados Unidos na América Latina.

*Resposta:*

«Eu realmente entendo um pouco de alemão, mas o falo muito mal e, por isso, vou-lhe responder em português. Minha visita à Alemanha é consequência de um convite que me foi feito. Minha viagem é também de certa maneira uma consolidação das relações que nestes últimos anos se vêm desenvolvendo entre os nossos dois países. Com a crise mundial que atravessamos desde 1973, em decorrência do aumento do preço do petróleo e de outras causas, tivemos que desenvolver extraordinariamente nosso comércio internacional, e procuramos desenvolvê-lo com todos os países do mundo onde podemos comprar e vender. E é por isso que fomos à Ásia, ao Japão, estamos indo à Austrália, além de toda a América Latina, à América do Norte, à Europa e, mesmo, temos hoje em dia um grande intercâmbio com a África.

Minha ida à Europa, as vinculações que iniciei em 1976 com a França e a Grã-Bretanha e, agora, esta viagem à Alemanha não significam, absolutamente, qualquer modificação na nossa polí-

tica em relação aos Estados Unidos. É claro que os Estados Unidos, pelo fato de estarem no Continente americano, pela potência econômica e financeira que representam e pela amizade que têm com o Brasil, são um parceiro, no nosso comércio, nosso intercâmbio econômico, cultural etc. Mas isso não exclui que nós procuremos ter estas mesmas relações com outros países. Com a Alemanha, por exemplo, essas relações são tradicionais. A Alemanha tem com o Brasil um comércio nos dois sentidos superior a 2 bilhões de dólares. A Alemanha é o segundo investidor de capitais no Brasil. Então creio que há muitas razões para que eu procure a Europa Ocidental, eu procure a Alemanha, para intensificar esse relacionamento independentemente do desenvolvimento que nós possamos dar às nossas relações com os Estados Unidos.»

2ª *Pergunta*: O Brasil é visto como um país em transição do estágio de produtor de matérias-primas ao de nação industrializada. Qual é a posição brasileira diante do conflito Norte-Sul?

*Resposta*:

«O Brasil é um país em desenvolvimento. É um país que ainda não está industrializado, mas também não é um país apenas produtor de matérias-primas. Como o senhor bem disse, é um país que está procurando se desenvolver. Neste contexto que se convencionou chamar Norte-Sul, evidentemente que o Brasil está mais no Sul do que no Norte. Quer dizer, nós não atingimos ainda um estágio que nos

permita classificar entre as nações do Norte. Nós estamos ainda entre as nações do Sul. Nós achamos que temos que trabalhar e nos desenvolver, temos que crescer economicamente, porque só com o crescimento econômico é que nós podemos resolver certos problemas sociais e políticos e assegurar um melhor bem-estar às nossas populações. Achamos também que os países mais adiantados, mais desenvolvidos, mais industrializados, como os Estados Unidos, França, Alemanha, Japão, Grã-Bretanha e outros, deviam cooperar mais conosco; quando falo conosco, quero dizer com os países do Terceiro Mundo. Para que não houvesse no mundo alguns países com elevado padrão e outros, como existem muitos ainda, vivendo na miséria. Se nós nos entendêssemos melhor, se tivéssemos maior espírito de cooperação, sobretudo dentro do espírito cristão que preside a civilização ocidental, talvez o mundo fosse melhor.